

POLÍTICAS PÚBLICAS CULTURAIS EM SÃO JOÃO DE MERITI A PARTIR DA PERSPECTIVA DE GÊNESIS TORRES

Edna Raquel Hogemann¹

Oswaldo Pereira de Lima Junior²

Luana Cristina da Silva Lima Dantas³

RESUMO

O presente estudo se concentra na análise da cultura em São João de Meriti, explorando as representações e a obra de Gênesis Torres, um professor de História e renomado pesquisador da memória e cultura na região. O ponto central desta pesquisa é a interseção entre a cidade de São João de Meriti, com suas ricas e diversas expressões culturais, e a produção científica e artística de Gênesis Torres, que fez da Baixada Fluminense, onde o município está localizado, sua principal fonte de inspiração. O artigo utiliza a Pesquisa Biográfica e Bibliográfica como sua estrutura teórico-conceitual. Isso implica em uma análise aprofundada de livros, artigos científicos, ensaios críticos e resenhas de portais eletrônicos relacionados ao autor, ao tema e ao objeto da pesquisa. Além disso, adota o Método Indutivo como metodologia, buscando investigar e expandir o conhecimento sobre a temática. Gênesis Torres, por meio de suas pesquisas e criações artísticas, desempenha um papel fundamental na preservação e promoção da cultura em São João de Meriti e na Baixada Fluminense. Seu trabalho é uma valiosa contribuição para o entendimento das dinâmicas culturais nessa região do Brasil, e sua abordagem metodológica oferece uma base sólida para futuras investigações e estudos sobre o assunto. Em suma, este estudo destaca a importância da cultura local e do trabalho

¹ Pós-Doutora em Direitos Humanos (UNESA), Doutora em Direito (UGF), professora associada permanente do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Decana do Centro de Ciências Jurídicas e Políticas (CCJP-UNIRIO). Coordenadora do Grupo de Pesquisa Direitos Humanos e Transformação Social (CNPq). Email: edna.r.hogemann@unirio.br.

² Pós-doutorando em Direito (UNIRIO), Doutor em Direito (UNESA), professor adjunto do Curso de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e professor colaborador do Programa de Pós-Graduação em Direito da UNIRIO. Vice coordenador do Grupo de Pesquisa Direitos Humanos e Transformação Social (CNPq), Email: oswaldo.lima@ufrn.br

³ Mestra em Direito (UNIRIO), graduada em Direito (UFRN), membro do Grupo de Pesquisa Direitos Humanos e Transformação Social (CNPq). Email: luanacristina@edu.unirio.br

de Gênesis Torres como um elo essencial na preservação e compreensão da rica diversidade cultural de São João de Meriti e da Baixada Fluminense.

Palavras-chave : Cultura; São João de Meriti; Políticas públicas; Gênesis Torres

INTRODUÇÃO

O presente estudo se debruça sobre o tema da cultura em São João de Meriti através das representações e da obra de Gênesis Torres, professor de História e importante pesquisador da memória e da cultura na região. Apresenta-se a interseção entre a cidade São João de Meriti, suas ricas e diversas expressões culturais, e a produção científica e artística de Gênesis Torres, que fez da Baixada Fluminense – onde se situa o município meritiense – fonte de inspiração, a argamassa e o objeto principal de sua criação científica e do seu fazer artístico.

Procura-se demonstrar a produção e a biografia do autor e estudioso a partir do destaque, de um lado, do seu papel na preservação e na valorização do patrimônio cultural de São João de Meriti e, de outro, de seu percurso enquanto intelectual e pesquisador. Uma figura que dedicou vida e investigação à memória da região fluminense e da cidade São João de Meriti, tornando-se referência acadêmica indispensável na área e, ele próprio, parte indissociável dessa memória.

Gênesis Torres ofereceu grande parte de sua vida ao estudo da cultura e da memória de São João de Meriti, legado materializado em livros, ensaios, poemas e artigos científicos. Formado em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF), bacharel em Direito pela Unigranrio e pós-graduado em Arqueologia pela Faculdade Redentor. Além de pesquisas voltadas ao estudo das expressões culturais e das representações que compõem o patrimônio histórico-cultural da cidade, o percurso do autor é delineado também pelo exercício da docência e pela participação em movimentos sociais e políticos do município, tendo exercido a função de vereador por dois mandatos.

Na primeira parte deste artigo, faz-se considerações acerca do contexto histórico e cultural de São João de Meriti, dando ênfase à diversidade étnica e cultural da região, além das manifestações culturais e principais tradições do município. Prosseguindo, discute-se a importância de Gênesis Torres na preservação da cultura em São João de Meriti, a partir de um quadro de experiências e vivências culturais do autor na cidade, de suas percepções e reflexões sobre a valorização da cultura local e seu impacto no desenvolvimento cultural do município. Finalmente, examina-se os desafios e oportunidades para a cultura em São João de Meriti, a infraestrutura e os espaços culturais disponíveis, além das necessidades de investimento e de apoio governamental.

O artigo, dada sua estrutura teórico-conceitual, utilizou a Pesquisa Biográfica e Bibliográfica (MARCONI; LAKATOS, p. 54), por meio das quais se fez análise e revisão de livros, artigos científicos, ensaios críticos e resenhas de portais eletrônicos referentes ao autor, ao tema e ao objeto da presente perquirição científica. Além disso, como metodologia, se optou pelo Método Indutivo, a partir do qual se busca investigar e ampliar o alcance de conhecimento a respeito da temática (MARCONI; LAKATOS, p. 100).

2. CONTEXTO HISTÓRICO E CULTURAL DE SÃO JOÃO DE MERITI

São João de Meriti é um município da Região Metropolitana do estado do Rio de Janeiro, localizado na área da Baixada Fluminense. Segundo o censo demográfico mais recente (IBGE, 2023), possui população de 440.962 pessoas, o que torna o município um dos mais populosos do estado do Rio de Janeiro. O nome da cidade encontra sua raiz na língua *Tupi* antiga e nasce do termo “*meriti yba*”, junção de “*buriti*”, árvore tipicamente brasileira também conhecida como “*miriti* ou *muriti*”, e “*yba*”, que significa “*pé*” (NAVARRO, 2013). O nome histórico do município se entrelaça, de modo fundamental, com o rio Meriti, cujo curso d’água atravessa a cidade, fazendo desenho hídrico juntamente com os rios Sarapuí e Pavuna.

Segundo Gênesis Torres (*on-line*, sem data), a terra de São João de Meriti surge “...de contrastes e inequivocamente foi construída sob os alicerces da diversidade cultural”. A História do município começa a ser tecida “às margens do rio de águas pequenas e claras chamado *Miriti*”, de onde floresce uma sociedade “culturalmente diversa, capaz de vencer as intempéries da natureza hostil” (*ibid.*). O território de São João de Meriti fazia parte das áreas de “sesmarias, doadas a portugueses que ajudaram o rei de Portugal na obra de expansão marítima, colonização e ocupação das terras descobertas” (GÊNESIS TORRES, 2004, p. 171).

No início do século XVII foi fundada a povoação de São João Batista de Trairaponga, na região que hoje corresponde a São João de Meriti (TCU/RJ, 2001). Com o enfraquecimento do comércio do açúcar a partir do século XVIII, sobretudo nos engenhos do nordeste, e a descoberta de jazidas que deram início ao ciclo de ouro, o centro econômico do Brasil foi alterado para a região sudeste e o Rio de Janeiro passou a ser a capital do Brasil colônia em 1783⁴. Apesar das proporções de um povoado, durante esse período o território onde se localiza São João de Meriti viveu um tempo de protagonismo regional.

Os rios de Meriti e Sarapuí estavam entre as principais vias hídricas de transporte na região e a agricultura se pautava no cultivo de cana-de-açúcar, sementes, mandioca, feijão, milho e arroz, proporcionando o surgimento paulatino de fazendas e o enriquecimento “de proprietários rurais locais graças à escravização” dos povos africanos no Brasil (TCU/RJ, 2001). Nas palavras de Gênesis Torres (*on-line*, sem data),

Os engenhos (produtores de açúcar e aguardente) e as fazendas (café e produtos agrícolas diversos) espalharam-se pela Baixada e parte dessas unidades produtoras dependia de rios navegáveis que nem sempre possuíam. Daí dependiam de portos localizados em territórios de outras propriedades. Tomemos alguns exemplos mais expressivos: Na freguesia de São João Batista de Meriti... os engenhos interligavam-se por caminhos.

Em meados do século XIX, o município de São João de Meriti passou por um período de estagnação e decadência socioeconômica. Com o surgimento do transporte ferroviário e a paulatina substituição do transporte fluvial, os corpos hídricos de São João de Meriti, que desempenhavam um papel fundamental na configuração e no desenvolvimento da localidade,

⁴ O Rio de Janeiro foi a segunda capital do Brasil e manteve o posto até 21 de abril de 1960, quando a sede do Governo Federal foi transferida para a cidade de Brasília.

foram de forma gradual obstruídos pela assolação das matas e pela formação de pântanos (GÊNESIS TORRES, 2004).

Entre os séculos XIX e início do século XX, São João de Meriti experimentou um perene processo de crescimento populacional. Nesse quadro, a imigração foi um fator significativo para o desenvolvimento e aumento da população da cidade. Principalmente no início do século XX, recebeu inúmeros imigrantes europeus, entre os quais italianos, portugueses, judeus, sírios e libaneses, por ilustração. Conforme ensina Gênesis Torres,

São João Batista de Trairaponga, São João Batista de Meriti, São João de Meriti, da palmeira veio-lhe o nome, do rio a integração e do restante do Brasil e do mundo o seu povo. Suas terras de muitos acidentes, ricos vales e muitos riachos que engrossaram as águas de seus dois rios. Sua terra ontem era inóspita, hoje ela hospeda nordestinos, mineiros, baianos, sulistas, nortistas, campistas, árabes, judeus, portugueses, espanhóis, alemães, africanos, italianos, turcos, libaneses, japoneses e muitos outros que aqui chegaram e ajudaram a construir esta cidade. (TORRES, 2004, p. 175).

Os processos de industrialização e urbanização no Brasil durante o século XIX e, sobretudo, o século XX, provocaram a necessidade de vasta mão de obra para as áreas urbanas e industrializadas – especialmente para as cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro – o que resultou no deslocamento de pessoas oriundas de diversas regiões do Brasil e na condução de imigrantes estrangeiros para o país. Segundo Gênesis Torres (2014), o município de São João de Meriti foi o destino de muitas dessas pessoas. A cidade recebeu indivíduos de áreas rurais do estado do Rio de Janeiro, além de outras regiões do Brasil e de diferentes localidades do mundo. Esse fenômeno contribuiu para o desenvolvimento da cidade, para o crescimento da população e para formação de uma cultura diversa e rica.

São João de Meriti alcançou sua emancipação em 1947, quando deixou de ser 2.º Distrito de Duque de Caxias. O professor Gênesis Torres (2014) aduz que essa terra que acolhe “nordestinos, mineiros, baianos, sulistas, nortistas, campistas, árabes, judeus, portugueses, espanhóis, alemães, africanos, italianos, turcos, libaneses, japoneses...” é a mesma que faz do seu retrato fundante o traçado da diversidade cultural e da riqueza de diversas influências socioculturais.

Em relação à cultura em São João do Meriti, esta possui os traços dessa diversidade e historicidade, expressando a alma do município por meio de vasto patrimônio cultural e artístico. Gênesis Torres (2009a, *on-line*), no esforço de construir o registro histórico e contribuir com a preservação da memória e do legado cultural da localidade, destaca os desafios e as dificuldades que surgem na manutenção de Instituições Culturais vivas na cidade. Cita exemplos de organismos e entidades de arte e cultura em São João de Meriti, a fim de iluminar as contribuições, as realizações e a biografia de pessoas que compõem a cultura da cidade. Faz o registro documental da existência da

Banda de música comandada pelo Maestro Francisco, abnegado músico e que aproximadamente quarenta anos permanece na cidade lutando para sobreviver. A cada período fica acampado num determinado lugar. Hoje encontra-se no Complexo Cultural, até quando não sabemos. Outra importante instituição é a **Academia de Letras e Artes**, fundada em 1977 e até hoje não

teve um espaço para fixar-se em definitivo, são homens e mulheres, poetas, escritores e artistas em todas as áreas que procuraram produzir e divulgar seus saberes, também nunca receberam o apoio institucional. Mais recentemente procurava-se fortalecer os laços entre o passado e o presente num grande projeto para salvar de forma metódica a memória urbana de seu povo e foi destruída na sua caminhada. O que dirão uma dezena de outras nas mesmas situações. Investir na organização dos agentes culturais, comprometidos realmente com as causas culturais, nos seus diversos afazeres, é a forma mais econômica de atuar no Poder Público[...] (grifos do texto).

Nesse contexto, diante do marco teórico proposto, que é análise da obra, dos trabalhos e da perspectiva cultural de São João do Meriti sob a lente de Gênesis Torres, tem-se um retrato vívido das amarras culturais tecidas na diversidade, no trabalho e nas vicissitudes e virtudes de um povo e um tempo. Os fragmentos da obra do historiador, as palavras que ressaltam a criação, o desenvolvimento e a concretização das criações populares no local completam o quadro de uma personagem digna de compreensão e de respeito, cuja memória deve ser celebrada e avivada.

3. CULTURA E DIREITO: A IMPORTÂNCIA DE GÊNESIS TORRES PARA A PRESERVAÇÃO DA CULTURA EM SÃO JOÃO DE MERITI

A *cultura*, enquanto expressão humana e social dinâmica e viva, influencia as práticas cotidianas, as relações interpessoais, a vida em comunidade e os significados que fluem na consciência coletiva. É o existir e o estar incluindo em uma identidade partilhada. Não se afasta, portanto, da construção de um patrimônio material e imaterial e de um terreno de disputas políticas, históricas, econômicas e sociais.

O conceito contemporâneo de “cultura” está ainda imerso nas bases que soerguem o significado do *Estado Democrático de Direito* e daquilo que é considerado como *res publica*, isto é, “coisa pública”, o que é do povo, que diz o povo, que compõe “o bem comum” e que nos distingue enquanto comunidade. Pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, a cultura é consagrada como direito humano de segunda dimensão, que deve ser garantido e protegido pelo Estado.

De acordo com o artigo 215 da Constituição Federal de 1988, “O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e o acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais”. A Lei Maior do Brasil estabelece a criação de lei para o Plano Nacional de Cultura, a ser concretizado através de políticas públicas, com a finalidade de promover o desenvolvimento cultural do país e a) a defesa e valorização do patrimônio cultural brasileiro; b) a produção, promoção e difusão de bens culturais; c) a formação de pessoal qualificado para a gestão da cultura em suas múltiplas dimensões; d) democratização do acesso aos bens de cultura; e) a valorização da diversidade étnica e regional.

Gênesis Torres (2004), nesse cenário, descreve a função da cultura enquanto fator essencial na composição e na constituição da cidadania, cujo conteúdo deve ser garantido, preservado e valorizado. Conforme visto, embora a cultura exista independentemente do

Estado, a sua proteção necessita de medidas positivas e afirmativas, isto é, de políticas públicas estatais que viabilizem a criação e a implementação de condições para sua preservação, incentivo, democratização, acessibilidade e valorização em âmbito municipal, estadual e federal. Dessarte, o Estado assume importante papel pela via das políticas culturais na mediação e na promoção da cultura, e no fomento da produção cultural e preservação dos bens culturais do povo, sejam eles materiais ou imateriais.

Em vista disso, Gênesis Torres (2009a, *on-line*) aduz que o direito à cultura pode sofrer restrições dramáticas quando os poderes públicos não a consideram pauta prioritária e não viabilizam a formulação de políticas públicas ou a instituição de mecanismos de financiamento adequados para a preservação de projetos em andamento. Esse quadro infere, segundo o autor, no âmago da promoção e da proteção do direito à cultura, cuja dinâmica envolve diversos atores sociais, indivíduos, comunidades, memórias e organizações.

Em São João de Meriti, Gênesis Torres foi uma figura proeminente na reivindicação dos direitos culturais e na luta pela preservação da cultura do município, inclusive por meio da criação de órgãos locais e regionais de proteção e conservação do patrimônio cultural da cidade. O professor e historiador desempenhou papel fundamental na preservação da herança, da identidade e dos bens culturais da população meritiense e baixadense. Fundou e presidiu o Instituto de Pesquisas e Análises Históricas e de Ciências Sociais da Baixada Fluminense (IPAHB), instituição que se incumbiu da tarefa de preservar e democratizar o acesso ao patrimônio cultural e histórico da região e, por extensão, da cidade de São João de Meriti, e se tornou espaço de memória local e regional.

Sobre a Baixada Fluminense, escreve Gênesis Torres (2009b, *on-line*) que a localidade, no modo de fazer e criar cultura, se pauta pela diversidade em que “o folclore, o artesanato, a culinária e as artes têm manifestações de originalidade e produz mão de obra que se espalha pela cidade do Rio de Janeiro”. Nesse caminho, o sentido de cultura foi construído e transmitido por meio do caudaloso processo de adaptação “social e geográfica que viveu esta população no século XX e que fortaleceu os laços de solidariedade e aprendeu longe das ações do poder público a encontrar soluções para a sua sobrevivência” (*ibid.*).

O autor evidencia o processo de constituição da cultura na região moldado por experiências e manifestações que, para além da expressão cultural, refletem a capacidade de adaptação, resiliência e subsistência comunitária. Isso ocorre mesmo em um contexto em que a presença de intervenções significativas e ativas por parte do poder público em prol da cultura é insatisfatória. Sobre o Instituto de Pesquisas e Análises Históricas e de Ciências Sociais da Baixada Fluminense (IPAHB), Gênesis Torres (2009b, *on-line*) destaca:

O IPAHB vem trabalhando em diversas frentes de pesquisa e divulgação de resultados. Campanhas permanentes para obtenção de fotografias, documentos, peças arqueológicas, livros, manuscritos, jornais, ou qualquer peça que tenha conteúdo. Nosso acervo bibliográfico chega a mais de 4.5 mil volumes, que atende o ensino fundamental, médio e superior. Incentivamos os estudantes universitários que atuam na baixada fluminense a trabalharem suas monografias e dissertações de mestrado com temas e questões afetas a região. Hoje a Baixada é estudada por sua própria população. São jovens descobrindo os problemas da região e ajudando a encontrar soluções.

No mesmo contexto, o autor evidencia que as gerações que exploram o conhecimento dos bens culturais não apenas identificam os desafios enfrentados pela região da Baixada Fluminense e de São João de Meriti, mas também contribuem na busca de soluções para os problemas públicos. O IPAHB, órgão de resgate e preservação da história e memória da Baixada Fluminense, surgiu, conforme Gênesis Torres (2009c, *on-line*), em “1997 em São João de Meriti, com a finalidade de reunir os historiadores da Baixada” e construir um acervo sobre a história e a cultura regional. No texto em que explica a essência do IPAHB (2009b, *on-line*), o autor registra que

Os cursos de história regional promovido pelo instituto estão ajudando profissionais a entender o universo regional, transformando-os em agentes na preservação do patrimônio histórico. Salvar a memória social dessa população é um do nosso projeto. Estamos gravando a vida de antigos moradores, são pessoas do povo que tem história para contar dos primeiros tempos...Estamos desenvolvendo o projeto “Memória Urbana” que visa pela iconografia selecionar e catalogar todas as construções civis da cidade e fazer a interpretação crítica da evolução habitacional das cidades da baixada. Para fortalecer os laços com a população matemos oficinas de artesanato e incentivamos a produção cultural..

Entretanto, apesar da importância intrínseca de órgãos e ações destinados à preservação e valorização da cultura, Gênesis Torres (2009c, *on-line*) ressalta igualmente a coexistência de processos conflituosos, o silenciamento e a avaliação seletiva do valor atribuído ao patrimônio cultural, sobretudo pelo Poder Público. Essa dinâmica gera um cenário em que certos bens culturais, quando muito, são transformados em objetos suscetíveis à preservação – uma crítica direcionada à administração estatal e às políticas públicas de preservação cultural – enquanto outros acabam relegados à margem das preocupações estatais no que se refere ao cuidado, manutenção e valorização.

Para Dye (1984) uma política pública pode ser tanto algo que o governo opta por fazer como algo que escolha “não fazer”, diante de um problema público ou da realização de um direito social e humano. Nesse sentido, a desconexão e subvalorização da cultura culminam no seu gradual abandono enquanto fenômeno social e direito humano, desencadeando outros processos de deterioração, obscuridade, decadência que, por fim, levam ao seu próprio ocaso.

No texto “IPAHB, uma instituição ameaçada”, Gênesis Torres (2009c, *on-line*) reúne parte do legado do instituto, ressaltando que

Nestes dez anos o Instituto acumulou saberes históricos sobre 11 municípios que formam a Baixada e seus respectivos bairros. Todo esse material está disponível a população através do site www.ipahb.com.br com visitação que chega a 400 mil usuários até dezembro de 2008. A riqueza de seu conteúdo tem servido como fonte de pesquisa a todos os órgãos de imprensa escrita e televisada, nas suas diversas matérias que versam sobre a Baixada Fluminense. Os pesquisadores do Instituto hoje são referência que divulga positivamente a região.

Nesse caminho, Gênesis Torres (2009c, *on-line*) ressalta que a atuação do IPAHB vinha contando com o respaldo da Prefeitura da cidade de São João de Meriti, sobretudo por meio da

permissão de uso de espaço para a sede do Instituto. Todavia, em 2008, toda a estrutura do órgão se viu sob ameaça quando a Prefeitura do Município decidiu “entregar os espaços do prédio alugado pela Prefeitura em São João de Meriti”, a sede do IPAHB. Essa decisão acarretaria prejuízos significativos “para os trabalhos desenvolvidos na Instituição... A não acomodação em outro espaço poderá selar o fim de sua existência” (*ibid.*). Gênesis Torres assumiu o compromisso de não permitir que as atividades do IPAHB fossem encerradas pelo ato da Prefeitura de São João de Meriti. Evidencia, nesse sentido, que o instituto

Para atender os custos de manutenção, desenvolver os projetos de restauração iconográfica e bibliográfica e outros, o IPAHB mantém serviços e cursos para a população. Entre eles destacamos o Curso sobre a História da Baixada e as diversas oficinas realizadas pelo Centro de Artes do IPAHB. Estas oficinas visam valorizar a criatividade e a capacidade produtiva do povo baixadense. O IPAHB hoje é uma Instituição imprescindível para o entendimento e compreensão sobre o conteúdo histórico da Baixada Fluminense. (GÊNESIS TORRES, 2009c, *on-line*).

Como se vê, as atividades relacionadas à cultura são dependentes de políticas públicas culturais e de apoio financeiro e orçamentário por parte das entidades públicas. No contexto do IPAHB, a administração municipal interrompeu o fornecimento de recursos, sobretudo em relação ao espaço que abrigava a sede do instituto, o que resultou em sérias implicações para a viabilidade e sustentabilidade das atividades culturais e de pesquisa em curso. Gênesis Torres liderou esforços em prol da preservação e da continuidade do órgão de cultura. No site do autor, há numerosas manifestações de cidadãos da sociedade meritiense e baixadense contrárias ao fechamento e em defesa do IPAHB, entre eles professores, empresários, historiadores, jornalistas, advogados, escritores (...). Veja-se,

O IPAHB não abriu apenas uma porta para minha vida, abriu todas as portas que eu necessitava para a minha carreira acadêmica. Descobrir a História da Baixada através do curso ministrado pelo IPAHB é como tomar nas mãos a História de um país que mal conhecemos. Como pesquisador da história da Baixada Fluminense... não posso acreditar que as autoridades municipais queiram retirar o IPAHB desse espaço.... (GÊNESIS TORRES, 2009d, *on-line*).

Apesar das várias opiniões em defesa da decisão do IPAHB, a Prefeitura não manteve o suporte antes concedido ao instituto. Além disso, foi constatado que o site mencionado pelo autor, “www.ipahb.com.br”, que continha informações e material de pesquisa sobre onze municípios da Baixada Fluminense, não está mais acessível na internet. Ainda, é notável o fato de que o portal oficial do município de São João de Meriti não apresenta qualquer menção ao IPAHB ou a Gênesis Torres. Mesmo a participação ativa dos cidadãos sendo um elemento basilar para o modelo democrático e para a proposição, formulação e manutenção de políticas públicas, o apelo, nesse contexto específico, não produziu resultados positivos. Foi verificado que o IPAHB, privado dos recursos públicos necessários para sustentar suas atividades culturais e a manutenção do edifício que abrigava sua sede, enfrentou a necessidade de se ajustar e

conceber novas estratégias para garantir sua permanência, o que culminou na transferência do Instituto para Nilópolis⁵.

Quanto à obra e produção de Gênesis Torres, destaca-se notoriamente a sua preferência por explorar os estudos e as pesquisas histórico-culturais locais, sobretudo voltados para a cultura e a história da Baixada Fluminense e de São João de Meriti. Esse enfoque se traduz de maneira incisiva na contribuição para a própria historiografia da região e, por conseguinte, no aprofundamento da compreensão e reflexão da história nacional.

Sua abordagem enriquece o panorama cultural ao mesmo tempo em que depreende esforços para a preservação e valorização do legado da cultura. As investigações culturais locais desvelam relatos, vivências e perspectivas que frequentemente permanecem à margem dos registros históricos oficiais ou não recebem a documentação adequada por parte da historiografia dominante. São linhas de pesquisa que resgatam e iluminam a memória e a narrativa de grupos, pessoas e eventos negligenciados ou silenciados, oferecendo-lhes espaço, inclusão e voz.

A abordagem adotada por Gênesis Torres reflete um esforço consciente para enfrentar as barreiras que dificultam e obstaculizam o acesso à cultura, confrontando preconceitos estruturais e preenchendo lacunas na documentação e na narrativa oficial. A escolha de sua pesquisa e o envolvimento no ativismo político – o autor promove uma política de memória e de cultura – revelam um impacto positivo na promoção da representatividade histórica e cultural, combinando rigor acadêmico com compromisso ético. Esse quadro sugere que sua produção não se limita meramente a um exercício acadêmico, mas está também profundamente imersa e comprometida com agendas políticas e sociais relacionadas ao direito à cultura e à promoção de políticas públicas culturais e de memória.

Nesse sentido, sua obra e sua busca pela concretização do direito à cultura dentro da realidade do povo e do alcance público e político evidenciam um compromisso com a pesquisa e a reflexão da história e da tradição, além de atentar para a necessidade de abordagens sensíveis e inclusivas, capazes de preservar a vasta riqueza cultural, sobretudo de São João de Meriti. Em um contexto no qual a valorização e preservação da cultura se postam como desafios perenes, a contribuição de Gênesis Torres se destaca na defesa dos costumes e das políticas de memória, valorização e preservação da rica cultura meritiense.

Ao estabelecer conexões entre a compreensão e democratização da cultura com o seu aspecto local, regional e nacional, o autor convida a comunidade a reconhecer a importância de proteger essa herança comum. Em “tempos de liquidez”, significa um chamado à sociedade para assumir, ela também, o papel de guardiã da herança e patrimônio cultural. Para São João de Meriti, esse chamado se traduz em cultivar e nutrir a continuidade de sua história, através de todas as gerações, resistindo às adversidades, intempéries e obstáculos, no sentido luminoso da esperança que forja um futuro cultural duradouro para a comunidade local.

⁵ Verificou-se um registro no Cadastro Nacional de Museus que identificou o “Instituto de Pesquisas e Análises Históricas e de Ciências Sociais da Baixada Fluminense” com o código 9.60.23.7859, categorizando-o como museu privado situado no endereço Rua Alayd de Souza Belém, n.º 8, Centro, Nilópolis/RJ.

4. DESAFIOS E OPORTUNIDADES PARA A CULTURA EM SÃO JOÃO DE MERITI

Há um liame sensível entre infraestrutura e as políticas públicas direcionadas à concretização e efetivação do direito à cultura, bem como na promoção ao desenvolvimento cultural de determinada localidade e grupo social. Isso porque a infraestrutura cultural necessita de ambientes e instalações físicas, além da disposição e do dimensionamento de recursos financeiros e humanos para viabilizar a realização e a manutenção das práticas e atividades culturais.

O patrimônio concebido como cultural possui múltiplas dimensões e acolhe desde a função de preservação da memória de um grupo e de um lugar até a construção e transmissão da identidade que, ao longo do tempo, foi enraizada no tecido urbano e social e pode ser vislumbrada na existência desses bens partilhados, sejam eles materiais ou imateriais.

A ideia de *cultura* transcende a concepção de mero depósito estático, constituindo um “mecanismo organizado e complexo que recebe, traduz, compacta e interpreta a materialidade produtiva que adota a função dos significados” em uma comunidade (ARAN; BAREI, 2006, p. 118). Confere, pois, uma estrutura organizacional para o ambiente (localidade-sociedade) e atua como esfera social em torno dos indivíduos, promovendo interações, conexões e transformações. Essa relação ocorre não apenas através das formas e práticas do humano e da vida em comunidade, mas, de igual modo, por meio das disposições materiais – os espaços físicos, equipamentos e demais recursos – que necessita para sua manutenção e florescimento como fenômeno do humano.

Portanto, a interação entre cultura, infraestrutura e as esferas de poder da sociedade reverbera sobre o contexto de formulação e implementação de políticas públicas culturais. É importante que as estratégias e políticas de preservação do patrimônio material e imaterial possuam também uma abordagem pautada na diversidade local e nas diferentes características que compõem a cultura de determinado município ou região.

O modo pelo qual os munícipes percebem e vivenciam a cidade está intimamente conectado com a existência dessa referência estrutural (DOURISH; BELL, 2007). A dimensão cultural da infraestrutura faz com que os espaços adquiram ressonância que fortalece a coesão social entre os habitantes. A infraestrutura, assim, como o “lugar” em que pulsa e manifesta a cultura, desempenha um papel fundamental no desenvolvimento local e amplia a socialidade por meio dos significados partilhados. No texto *Meriti, uma cidade desmemoriada*, Gênesis Torres (2009a) tece reflexão sobre a disponibilidade de infraestrutura nos espaços culturais e a necessidade de investimentos e maior apoio do poder público para o setor. Veja-se:

Difícil construir instituições culturais e educacionais fortes, capazes de superar as adversidades que o chamado Poder Público não consegue arremessar. Aqui não floresce uma só planta, não há jardineiros dispostos a cuidar de suas raízes, o terreno é fértil, mas as pragas daninhas se espalham por todo lado como nos tempos dos laranjais. Se não sobrevivo se as ervas corroeram, só resta-me chorar a perda de um grande trabalho...a história saberá fazer a centrifugação e nos trarão a tona as nossas interrogações e quais serão as verdadeiras intenções, clareando as razões que levaram a varredura nos projetos sobre a memória da cidade.

Em tom lírico e reflexivo, (TORRES, 2009a) aborda os desafios enfrentados pela população meritiense na construção e manutenção de instituições e estruturas culturais, além de aduzir a insuficiência de apoio por parte do poder público na superação dessas dificuldades. A metáfora do cultivo utilizada pelo autor elucida a dificuldade do labor dedicado ao desenvolvimento cultural. Nela o “terreno fértil”, ao passo em que denota o potencial do lugar para florescer, revela, todavia, a luta contínua contra os obstáculos e “pragas daninhas” que interferem na preservação da história e da cultura meritiense.

A infraestrutura cultural (TORRES, 2009a) contempla tanto os elementos tangíveis e simbólicos quanto os institucionais que, por sua vez, têm a incumbência constitucional de sustentá-la, preservá-la e transmiti-la. Deve ser objeto de análise específica nos estudos sobre sua transmissão, sendo parte importante de uma abordagem política no contexto federativo e dos direitos sociais: depende de ação do Estado, por intermédio de regulamentos, financiamentos e da mais diversificada rede de apoio, por isso se compraz satisfatoriamente com o conceito de um problema público a ser sanado por *policy making* (BEKKERS; FENGER; SCHOLTEN, 2017).

O administrador público “há de ter consciência dos seus exatos deveres e implantar ações que promovam as transformações na sociedade”, não se desvirtuando “dos princípios da administração pública, legalidade, moralidade, impessoalidade, publicidade e eficiência” (TORRES, 2009d, *on-line*). Uma das questões fulcrais que atingem o cenário cultural de São João de Meriti é a ausência de uma política sólida realizada pelo poder público e na escassez de recursos para o setor (TORRES, 2009d, *on-line*).

A carência de uma política articulada e a distribuição irregular e insatisfatória de recursos – sobretudo financeiros e estruturais – produzem lacunas significativas no desenvolvimento cultural do município de São João de Meriti, aduz Gênesis Torres (2009b, *on-line*). Segundo Gênesis Torres (2009d, *on-line*), está-se diante de questões relacionadas, de um lado, à carência de recursos – compondo um quadro dos aspectos financeiros e de gestão – e, de outro, à persistência de uma política cultural ainda em desequilíbrio quanto a sua orquestração. Isso porque o Estado (crítica que tece, sobretudo, ao poder público municipal) delega em grande medida a responsabilidade nessas questões para entidades não governamentais e agentes de cultura. Contudo, não oferece recursos para que possam, efetivamente, viabilizar tais delegações.

Quanto ao panorama atual da política de cultura de São João de Meriti, há de ser posto que existe a Secretaria Municipal de Cultura e Turismo como um dos principais órgãos municipais responsáveis pela promoção, desenvolvimento e coordenação das atividades culturais na cidade. O portal do município destaca, dentre as atribuições do Subsecretário de Cultura do município, a função de, entre outras:

Coordenar o fomento e estímulo à cultura em todas as suas manifestações, com o acesso aos bens culturais e a expansão do potencial criativo dos cidadãos; promoção e difusão dos aspectos culturais, bem como a sua expansão e intercâmbio com outras áreas do conhecimento; a administração dos equipamentos e espaços culturais da Cidade; promoção do intercâmbio cultural, através de convênios com entidades públicas e privadas, nacionais e

internacionais; a permanente interação com os municípios da região visando à promoção de políticas de desenvolvimento regional na área da cultura;

Em 2022, na V Conferência Municipal de Cultura (2022, *on-line*), realizada em São João de Meriti, foi debatido e votado o Plano Municipal de Cultura da cidade. A discussão foi segmentada e orientada em quatro tópicos: 1) estabelecimento institucional; marcos legais da cultura; 2) diversidade cultural; 3) acessibilidade e sustentabilidade; 4) viabilidade e abordagens: social, econômica, ecológica e cultural. No evento, foram designadas seis organizações e dois delegados encarregados de orientar e gerir o Conselho Municipal de Cultura entre os anos de 2023 e 2024.

Em fevereiro de 2023, foi aprovado o “Plano Municipal de Cultura 2022-2032” (Lei n.º 2.371/2023), com a finalidade de atualizar e aprimorar o referido projeto e planejamento. Segundo o plano, a administração das políticas de cultura será articulada entre os setores sociais, agentes culturais e a gestão municipal a fim de estabelecer e executar medidas legais e políticas públicas que garantam o acesso da população meritiense às atividades e expressões culturais. Assim, a política cultural de São João de Meriti tem fundamento nas legislações federais e firma o escopo de estabelecer e efetivar uma política de valorização da cultural local e regional, integrando-se com outras políticas públicas realizadas no município (art. 7.º). Ademais, busca aproximar ativamente a população meritiense através de incentivos culturais. Nesse sentido, estabelece:

Art. 8.º Este Plano Municipal apresenta as seguintes proposições: I – Dar maior visibilidade, estimular e valorizar a produção cultural local. II – Estimular o exercício da cidadania e do sentimento de pertencimento dos Meritienses, oportunizando à população de todas as faixas etárias, etnias, classes sociais e pessoas com deficiência amplo acesso à cultura em todos os seus segmentos e linguagens, prospectando um futuro com maior dignidade e oportunidades(...). (Lei n.º 2.371/2023).

Percebe-se que, do ponto de vista normativo, o município tem se mostrado preocupado com as importantes questões culturais levantadas por Gênesis Torres. A adoção de um plano municipal por meio de lei representa uma preparação importante para a mudança. Contudo, os problemas envolvendo a cultura, conforme já explanado, são multifacetados e requerem políticas públicas multifatoriais, não bastando apenas as regulatórias.

Como demonstrado, São João de Meriti possui rico cenário cultural, enraizado e cultivado por sua história local, que reflete, conforme defende Gênesis Torres (2009a, *on-line*), uma diversidade de expressões e manifestações culturais que devem ser protegidas e transmitidas ao longo das gerações meritienses. Esse ambiente pode ser vislumbrado na produção cultural da cidade, que contempla ampla variedade de tradições, grupos étnicos, linguagens e símbolos. Os bens de valor histórico-cultural, materiais e imateriais, são representativos, igualmente, da identidade cultural do município. Esse quadro não apenas firma um alicerce fundamental da cidade, mas também enfatiza a importância de preservação e promoção da cultura como caminho de desenvolvimento humano, econômico e social.

CONCLUSÃO

Gênesis Torres foi um grande defensor dos direitos culturais do povo de São João de Meriti. Também atuou como agente de resgate da história cultural do local e como ativista de condições melhores para a cultura em geral. Por meio do levantamento de parcela significativa dos trabalhos do autor se pôde precisar a presença marcante e transformadora da tradição cultural na região meritiense, destacando-se a constituição do espaço urbano num contexto de grande interação de diversas raças, etnias e classes sociais. A própria história da região se mostra confabulada com as idas e vindas do progresso e das possibilidades culturais que permitiram à região ganhar destaque e se tornar importante no passado e no presente.

Pela lente de Torres, contudo, essa história sempre foi dicotomizada pela riqueza cultural e pelo constante embate dos movimentos sociais em prol de melhores condições de preservação, manifestação e criação da cultura de seu povo. O autor se mostrou um grande crítico da quase inércia do Estado, reclamando em seus escritos a necessidade de compreensão detalhada da questão cultural como um problema público de primeira importância, especialmente tendo em vista a fragilidade com a qual certos movimentos culturais se apresentam.

Através de sua narrativa se pôde perceber a existência de ações culturais múltiplas em São João de Meriti: uma região rica em história e na produção de relevantes atores culturais. Contudo, também ficou muito estabelecido o quase absentismo do Estado no fortalecimento, na manutenção e na criação de novos programas que permitam apoio estrutural a esses movimentos. Apenas recentemente houve maior preocupação na instituição de uma política pública regulatória, materializada no Plano Municipal de Cultura 2022-2032, que alberga o assunto de maneira sistemática e prospectiva. É um grande avanço, todavia um progredir que se deu à custa de muitas vozes como a de Gênesis Torres na busca por melhores condições à Cultura, mostrando sua importância para o desenvolvimento e para a consolidação desses programas.

Por fim, Gênesis Torres surge como figura notável na luta em favor dos direitos culturais do povo de São João de Meriti. Sua atuação distingue-se pela proteção e valorização do patrimônio histórico-cultural, pelo forte ativismo político e pela crítica contumaz sobre o papel do poder público em elevar a identidade comunitária meritiense ao status de mais alta relevância pública. Sua voz ecoa através do tempo e pelas gerações reivindicando a cultura como pilar da sociedade e direito humano fundamental, desvelando a necessidade de resgate de sua biografia e de permanente reflexão de sua obra.

REFERÊNCIAS

ARÀN, P. O.; BAREI, S. **Texto/Memoria/Cultura: el pensamiento de Iuri Lotman**. 2. ed. Córdoba: El Espejo, 2006.

BEKKERS, V., FENGER, M., SCHOLTEN, P. **Public policy in action: perspectives on the policy process**. Massachusetts: Edward Elgar, 2017.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. (1998). Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 17 de jul. 2023.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Civilização e cultura**. 2. ed. Belo Horizonte: Itatiaia Limitada, 1983.

DOURISH, Paul; BELL, Genevieve. The Infrastructure of Experience and the Experience of Infrastructure: **Meaning and Structure. Environment and Planning**, B34, n. 3: 414-430, 2007.

DYE, Thomas D. **Understanding Public Policy**. Englewood Cliffs, N.J.: Prentice Hall, 1984.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo 2023. São João de Meriti (RJ) – Cidades e Estados. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

NAVARRO, E. A. **Dicionário de tupi antigo: a língua indígena clássica do Brasil**. São Paulo: Global, 2013.

RIO DE JANEIRO. TCU – Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro: São João de Meriti. Secretaria de Planejamento e Estudos Socioeconômicos dos Municípios do Rio de Janeiro, 2001.

SAID, Edward. **Nationalism, Human Rights and Interpretation. Raritan**, v. 12, n.3, p. 26-51, 1993.

SÃO JOÃO DE MERITI. Estrutura Organizacional. Disponível em: <http://meriti.rj.gov.br/home/semcult-2/>. Acesso em 07 de ago. 2023.

SÃO JOÃO DE MERITI. Lei Municipal n.º 3.371/2023 - Atualiza o Plano Municipal de Cultura de São João de Meriti 2022-2032. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/rj/s/sao-joao-de-meriti/lei-ordinaria/2023/238/2371/lei-ordinaria-n-2371-2023-atualiza-o-plano-municipal-de-cultura-de-sao-joao-de-meriti-2022-2032-e-da-outras-providencias>. Acesso em 07 de ago. 2023.

SÃO JOÃO DE MERITI. **Portal Municipal:** Resultados da pesquisa por “IPAHB”. Disponível em: <https://meriti.rj.gov.br/home/?s=IPAHB>. Acesso em 07 de ago. 2023.

SÃO JOÃO DE MERITI. **Portal Municipal:** Resultados da pesquisa por “Gênesis Torres”. Disponível em: <https://meriti.rj.gov.br/home/?s=G%C3%AAAnesis+Torres>. Acesso em 07 de ago. 2023.

SÃO JOÃO DE MERITI. **Portal Municipal:** V Conferência Municipal de Cultura é realizada em Meriti. Disponível em: <https://meriti.rj.gov.br/home/v-conferencia-municipal-de-cultura-e-realizada-em-meriti/>. Acesso em 07 de ago. 2023.

SECCHI, Leonardo; COELHO, F. S.; PIRES, V. **Políticas públicas: conceitos, casos práticos, questões de concurso**. 3. ed. São Paulo: Cengage, 2019.

TORRES, Gênesis (org.). Baixada Fluminense. **A Construção de uma História: sociedade, economia e política**. São João de Meriti, RJ: IPAHB Ed., 2004.

TORRES, Gênesis. **Educação Patrimonial e os desafios da administração pública**. Blog Gênesis Torres, 2009d. Disponível em: <https://genesisptorres.blogspot.com/2009/03/educacao-patrimonial-e-os-desafios-da.html>. Acesso em 07 de ago. 2023.

TORRES, Gênesis. **Em defesa do IPAHB**. Blog Gênesis Torres, 2009c. Disponível em: https://genesisptorres.blogspot.com/2009/03/em-defesa-do-ipahb_14.html#comment-form. Acesso em 01 de ago. 2023.

TORRES, Gênesis. **IPAHB, uma Instituição ameaçada**. Blog Gênesis Torres, 2009c. Disponível em: <https://genesisptorres.blogspot.com/2009/03/ipahb-uma-instituicao-ameacada.html>. Acesso em 01 de ago. 2023.

TORRES, Gênesis. **Meriti, uma cidade desmemoriada**. Blog Gênesis Torres, 2009a. Disponível em: <https://genesisptorres.blogspot.com/2009/04/meriti-uma-cidade-desmemoriada.html>. Acesso em 26 de jul. 2023.

TORRES, Gênesis. **Quem é o IPAHB**. Blog Gênesis Torres, 2009b. Disponível em: <https://genesisptorres.blogspot.com/2009/03/quem-e-o-ipahb.html>. Acesso em 28 de jul. 2023.



16º CONGRESO
CONGRESSO DE GESTÃO PÚBLICA
DO RIO GRANDE DO NORTE



24 A 27

DE OUTUBRO DE 2023

**DEMOCRACIA,
TRANSPARÊNCIA
E INOVAÇÃO:
DESAFIOS PARA A
GESTÃO PÚBLICA**

TORRES, Gênesis. **História da Baixada Fluminense**. Blog Baixada Fácil, sem data. Disponível em: <https://baixadafacil.com.br/historia-da-baixada>. Acesso em 28 de jul. 2023.
